



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo n°** 10730.723202/2011-01  
**Recurso n°** Voluntário  
**Acórdão n°** **1803-001.963 – 3ª Turma Especial**  
**Sessão de** 06 de novembro de 2013  
**Matéria** IRPJ  
**Recorrente** COOPERATIVA EC CRED MUT EMP CIA ELET RJ CREDICERJ LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

Ano-calendário: 2010

ALEGAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI.

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária (Súmula CARF n° 2).

MULTA REGULAMENTAR. ATRASO NA ENTREGA DE DIMOF.

Aplica-se a penalidade disposta no artigo 30 da Lei 10.637/2002, sempre que o cumprimento da obrigação acessória se perfazer fora dos prazos determinados em lei.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e votos que integram o presente julgado.

*(Assinado Digitalmente)*

Walter Adolfo Maresch - Presidente.

*(Assinado Digitalmente)*

Meigan Sack Rodrigues - Relatora.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Sérgio Rodrigues Mendes, Walter Adolfo Maresch, Meigan Sack Rodrigues, Raimundo Parente de Albuquerque Junior, Sergio Luiz Bezerra Presta e Victor Humberto da Silva Maizman.

## Relatório

Trata-se, o presente feito, de multa por atraso na entrega de declarações de movimentações financeiras em que estão obrigadas as Cooperativas de Créditos como a recorrente. A exigência de crédito no presente lançamento é de R\$ 25.000,00 e acréscimos legais, sendo o período de apuração de 02/2010.

A empresa recorrente apresenta suas razões em seara de impugnação, de forma tempestiva, alegando, em apertada síntese que apresentou espontaneamente as declarações quando percebeu que não havia entregue. Acrescenta que o CTN prevê a exclusão da responsabilidade pela denúncia espontânea da infração. Cita jurisprudência.

Alega, a empresa recorrente, em ato contínuo, que o valor da multa, comparado a seu balanço (renda mensal), implicaria no fim da instituição e que a multa aplicada afronta o princípio do não confisco, bem como o princípio da razoabilidade e o da proporcionalidade. E finaliza requerendo a improcedência do lançamento e a conexão com outros processo seus sobre a mesma matéria.

A autoridade de primeira instância entendeu por bem manter o lançamento. Segundo o seu entendimento, as alegações da empresa recorrente, a respeito dos violação dos princípios constitucionais, não podem prosperar, posto que norteiam o legislador e não o aplicador da lei. As hipóteses de aplicação da punição, as variações de intensidade em razão do tempo de atraso e de outros critérios, bem como as reduções de dispensa são fixados de forma categóricas na própria legislação, não havendo, conforme seu entendimento, oportunidade para discricionariedade da autoridade fiscal, razão pela qual o lançamento efetuado, em consonância com a legislação e com base em fatos e dados cuja veracidade a empresa não logra abalar, atende os princípios invocados.

O julgador *a quo* aduz que a jurisprudência, citada pela empresa recorrente, por falta de lei que atribua eficácia normativa, não constitui norma geral de direito tributário e portanto: decisão judicial produz efeito apenas em relação às partes que integram o processo (art. 100 do CTN).

Já no que tange à denúncia espontânea, a autoridade julgadora de primeira instância afere que o argumento utilizado para o pedido de cancelamento não pode ser acolhido no âmbito administrativo, pois a matéria se encontra sumulada pelo CARF, senão vejamos:

*Súmula CARF nº 49:*

*"A denúncia espontânea (art. 138 do Código Tributário Nacional) não alcança a penalidade decorrente do atraso na entrega de declaração. (Portaria CARF nº 49, de 1/12/2010, publicada no DOU de 7/12/2010, p. 42)"*

Acrescenta que a atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional (art. 142 do CTN, parágrafo único). Assim, constatado o atraso ou a falta na entrega da declaração/demonstrativo, a autoridade fiscal não só está autorizada como, por dever funcional, está obrigada a proceder ao lançamento de ofício da multa pertinente.

A empresa recorrente devidamente cientificada da decisão de primeira instância apresenta suas razões em seara de recurso voluntário, de forma tempestiva, alegando o já disposto na impugnação.

É o relatório.

**Voto**

Conselheira Meigan Sack Rodrigues.

O Recurso Voluntário preenche as condições de admissibilidade e dele tomo conhecimento.

Trata-se, o presente feito, de auto de infração para cobrança de multa decorrente de apresentação em atraso da DIMOF - Declaração de Informações sobre Movimentações Financeiras, em que estão obrigadas as Cooperativas de Créditos, tais como a recorrente. A exigência de crédito no presente lançamento é de R\$ 25.000,00 e acréscimos legais, sendo o período de apuração de 02/2010.

A empresa recorrente insurge-se alegando ser a multa descabida por ferir preceitos constitucionais, tais como o princípio do não confisco, da proporcionalidade, da razoabilidade, entre outros. Ainda, a empresa argui a espontaneidade por ter apresentado a declaração, embora em atraso, antes de qualquer atuação da autoridade administrativa.

*Discussão de Constitucionalidade da Norma*

Primeiramente há que se atentar para o fato de que discussão referente à constitucionalidade de lei ou mesmo de artigo de lei não é da competência dessa esfera administrativa, posto cumprir ao Poder Judiciário analisar e determinar a constitucionalidade de norma a ser aplicada no sistema jurídico pátrio. Nesse contexto, deixo de abordar as argumentações da empresa recorrente no tocante à constitucionalidade da aplicação da multa pelo atraso na entrega da DIMOF, haja vista esta estar preceituada no dispositivo legal elencado no auto de infração: art. 16 da Lei n. 9.779/99, 30 da Lei 10.637/02 e 7º da IN RFB 811/.

Cumprе salientar que este Egrégio Conselho encontra-se adstrito à aplicação de suas Súmulas e no presente caso à aplicação da Súmula CARF nº: 02:

*“O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) não é competente para se pronunciar sobre a inconstitucionalidade de lei tributária (Súmula CARF nº 2).”*

#### *Discussão de Mérito*

Já tocante ao mérito da demanda, qual seja: multa pelo atraso na entrega da DIMOF, temos que a autuação está correta, haja vista que a empresa entregou a DIMOF com atraso, de forma intempestiva, dez meses após o prazo regulamentar, definido pela legislação e determinado a todos os contribuintes. A norma disciplinada no artigo 30 da Lei nº 10.637/2002, é clara ao dispor:

*“Art. 30. A falta de prestação das informações a que se refere o art. 5º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, ou sua apresentação de forma inexata ou incompleta, sujeita a pessoa jurídica às seguintes penalidades:*

*I - R\$ 50,00 (cinquenta reais) por grupo de cinco informações inexatas, incompletas ou omitidas;*

*II - R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês-calendário ou fração, independentemente da sanção prevista no inciso I, na hipótese de atraso na entrega da declaração que venha a ser instituída para o fim de apresentação das informações.*

*§ 1º O disposto no inciso II do caput aplica-se também à declaração que não atenda às especificações que forem estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, inclusive quando exigida em meio digital.*

§ 2º *As multas de que trata este artigo serão:*

*I - apuradas considerando o período compreendido entre o dia seguinte ao término do prazo fixado para a entrega da declaração até a data da efetiva entrega;*

*II - majoradas em 100% (cem por cento), na hipótese de lavratura de auto de infração.*

§ 3º *Na hipótese de lavratura de auto de infração, caso a pessoa jurídica não apresente a declaração, serão lavrados autos de infração complementares até a sua efetiva entrega."*

Em outras palavras, o sujeito passivo que deixar de apresentar DIMOF nos prazos fixados sujeitar-se-á às multas dispostas na legislação de regência, no caso em tela, a disciplinada no artigo supra citado.

Neste caminho, não podemos olvidar de destacar que a entrega da DIMOF fora do prazo não está albergada pelo instituto da denúncia espontânea, sendo essa a posição da **Súmula Carf nº 49**, tal como segue:

*"Sumula 49 - A denúncia espontânea (art. 138 do Código Tributário Nacional) não alcança a penalidade decorrente do atraso na entrega de declaração".*

De igual modo, importa em citar a jurisprudência pacífica, em ambas as turmas do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no sentido de que a denúncia espontânea não é aplicável às multas pelo descumprimento de obrigações acessórias, de natureza formal e desvinculadas diretamente do fato gerador da obrigação principal, também aplicada ao caso, por dizer respeito às obrigações acessórias:

*"TRIBUTÁRIO. MULTA MORATÓRIA. ART. 138 DO CTN. ENTREGA EM ATRASO DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS.*

*1. A denúncia espontânea não tem o condão de afastar a multa decorrente do atraso na entrega da declaração de rendimentos, uma vez que os efeitos do artigo 138 do CTN não se estendem às obrigações acessórias autônomas. Precedentes.*

*2. Recurso especial não provido.*

*(REsp 1129202/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/06/2010, DJe 29/06/2010)*

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL.DCTF. MULTA POR ATRASO NA ENTREGA. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. SÚMULA 83/STJ. INCIDÊNCIA.*

*1. Aresto recorrido que se encontra em consonância com a jurisprudência assente do STJ no sentido de que não se mostra desarrazoada a aplicação de multa em razão do atraso na entrega da Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF. Precedentes.*

*2. Agravo regimental não-provido.*

*(AgRg no Ag 985.433/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/12/2008, DJe 13/02/2009)*

*PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ATRASO NA ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS. MULTA MORATÓRIA. CABIMENTO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA NÃO CONFIGURADA.*

*1 - A entrega das declarações de operações imobiliárias fora do prazo previsto em lei constitui infração formal, não podendo ser considerada como infração de natureza tributária, apta a atrair o instituto da denúncia espontânea previsto no art. 138 do Código Tributário Nacional. Do contrário, estar-se-ia admitindo e incentivando o não-pagamento de tributos no prazo determinado, já que ausente qualquer punição pecuniária para o contribuinte faltoso.*

*2 - A entrega extemporânea das referidas declarações é ato puramente formal, sem qualquer vínculo com o fato gerador do tributo e, como obrigação acessória autônoma, não é alcançada pelo art. 138 do CTN, estando o contribuinte sujeito ao pagamento da multa moratória devida.*

*3 - Precedentes: AgRg no REsp 669851/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22.02.2005, DJ 21.03.2005; REsp 331.849/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 09.11.2004, DJ 21.03.2005; REsp 504967/PR, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 24.08.2004, DJ 08.11.2004; REsp 504967/PR, Rel. Ministro FRANCISCO PEÇANHA MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 24.08.2004, DJ 08.11.2004; EREsp nº 246.295-RS, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 20.08.2001; EREsp nº 246.295-RS, Relator Ministro JOSÉ DELGADO, DJ de 20.08.2001; RESP 250.637, Relator Ministro Milton Luiz Pereira, DJ 13/02/02.*

*4 – Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no REsp 884.939/MG, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/02/2009, DJe 19/02/2009)”*

Diante do exposto, voto do sentido de Negar Provimento ao recurso.

É o voto.

*(assinado digitalmente)*

Meigan Sack Rodrigues – Conselheira